

# FORA DO SECRETO

UM CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO  
DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO  
EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DE PORTUGAL

Edição  
PEDRO PINTO

## *Apresentação*

O processo de abolição do Santo Ofício em Portugal legou um património documental notável. Dos quatro tribunais de distrito que, com o Conselho Geral, configuraram a versão definitiva do sistema inquisitorial português, apenas num caso não se conservou o respetivo cartório, conhecendo os restantes um destino diametralmente oposto. Não obstante os extravios, destruições ou negligências – de que o estudo de Pedro Pinto, agora e em boa hora publicado pelo Centro de Estudos de História Religiosa, se encarregará de reconstituir ao longo das próximas páginas –, é tal a diversidade documental hoje patente nos fundos provenientes dos três tribunais peninsulares (Coimbra, Évora e Lisboa) e do Conselho Geral do Santo Ofício, que as historiografias que se ocuparam do seu estudo – com destaque para a portuguesa e brasileira – puderam seguir as suas trajetórias específicas valorizando distintas tipologias de fontes. Autores como Alexandre Herculano (1810-1877), muito centrado no período de estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, destacaram a documentação de cariz diplomático e a correspondência trocada entre a Corte portuguesa e a Santa Sé, ao passo que António Baião (1878-1961), décadas mais tarde, recorreria aos livros de denúncias, regimentos e normativas emanadas pelo Conselho Geral do Santo Ofício, bem como à correspondência, sem olvidar os processos<sup>1</sup>. Do outro lado do Atlântico, seria precisamente esta tipologia documental que se imporia entre a historiografia brasileira que trabalhou na esteira de Capistrano de Abreu (1853-1927)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O contributo de António Baião (1878-1961) para o desenvolvimento de uma abordagem institucional nos estudos sobre o Santo Ofício a partir de um marco de diversidade documental foi, justamente, assinalado por Giuseppe Marccoli e José Pedro Paiva. Os autores situam no contributo de António Baião o momento a partir do qual a historiografia portuguesa começou a superar as suas limitações quanto ao conhecimento sobre, globalmente, o “perfil institucional do Tribunal”. Giuseppe Marccoli e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 458.

<sup>2</sup> No entender de Alécio Nunes Fernandes, o posicionamento judicativo de sectores da historiografia brasileira a respeito do Santo Ofício refletiu-se num enfoque que valorizava uma “história das vítimas”, a localização e quantificação dos processados relativos ao Brasil nos seus diversos delitos sob a alçada do tribunal. Tais prioridades conduziram, forçosamente, a uma valorização dos processos inquisitoriais até à diversificação das áreas de investigação a partir das duas últimas décadas do século XX, à semelhança do que

Com um assinalável impulso a partir das últimas décadas do século XX, a consciência desta variedade motivou uma deslocação historiográfica do ponto de observação no tocante a fazer história do Santo Ofício. O recurso a documentos como a correspondência, os cadernos de denúncias, as consultas, os formulários, os regimentos, entre outros, tiveram um impacto determinante na apreciação do fenómeno inquisitorial, contrariando a centralidade que, com o passar dos anos e após os trabalhos de António Baião, o processo judicial adquirira em Portugal. No final dos anos 80, assiste-se ao progressivo afastamento em relação ao debate entre António José Saraiva e I.-S. Révah sobre a veracidade das acusações de criptojudaísmo imputadas aos cristãos-novos, considerados como o principal alvo do Santo Ofício português até meados do século XVIII. Através do contacto com debates historiográficos sobre o fenómeno inquisitorial marcados pela fragmentação das séries documentais disponíveis e por um menor peso relativo do processo enquanto peça documental de referência, bem como com o auxílio de exercícios de micro-história e de história social que procuravam transcender as limitações causadas pelas ausências documentais, a historiografia portuguesa registou uma tendência para descentrar – por vezes em demasia – o foco da prática processual do Santo Ofício, de forma a englobar toda a arquitetura institucional e social que possibilitava, ulteriormente, o auto judicial.

Neste contexto, a riqueza dos fundos inquisitoriais portugueses, aliada à reunião dos antigos cartórios num único arquivo (Arquivo Nacional/Torre do Tombo), favoreceu a prossecução de estudos que confrontassem séries documentais elaboradas por organismos diferentes, mas relacionadas dentro do sistema de comunicação do Santo Ofício<sup>3</sup>. Com efeito, as investigações recentes sobre o fenómeno inquisitorial em Portugal têm possibilitado a reconstituição de soluções regionais de representação dos tribunais, estratégias institucionais, dimensões de procedimento paralelas à atividade judicial, contribuindo para um conhecimento mais consistente sobre a espessura institucional da Inquisição. Ao mesmo tempo, no entanto, na trajetória historiográfica recente sobre a Inquisição portuguesa não abundam as referências às lacunas documentais ou estas não são consideradas como bastantemente prejudiciais ao aprofundamento de quadros teóricos<sup>4</sup>. Num tal cenário de abundância documental, é sintomático que o estudo

---

sucedeu em Portugal. Alécio Nunes Fernandes – Da historiografia sobre o Santo Ofício português. *História da historiografia*. 8 (2012) 22-48.

<sup>3</sup> O estudo dos mecanismos de circulação e de distribuição da informação enquanto reflexo da estrutura burocrática do Santo Ofício mereceu atenção especial por parte Nelson Vaquinhas no seu estudo acerca do sistema de comunicação do Tribunal. Nelson Vaquinhas – *Da comunicação ao sistema de informação. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS/UE, 2010.

<sup>4</sup> Mesmo se, a título de exemplo, Fernanda Olival tivesse já chamado a atenção para a existência de fundos menores dispersos em outros arquivos e bibliotecas portuguesas. A correlação destes fundos com os reunidos na Torre do Tombo levada a cabo pela historiografia é, ainda, residual. Fernanda Olival – *Archivi e serie documentarie: Portogallo*. In *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Dir. de Adriano Prosperi, vol. I. [Pisa]: Edizioni della Normale, 2010, p. 87.

particularizado dos próprios fundos inquisitoriais e, mais concretamente, os silêncios legados pela instituição constituam, ainda hoje, um dos espaços de menor investimento da historiografia que se dedica ao estudo do Santo Ofício português.

No âmbito do Grupo de Trabalho *Expansão Religiosa: Civilizações e Culturas* do CEHR, em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, a necessidade de começar a pensar de forma consistente na problemática da conservação e da dispersão da documentação inquisitorial foi motivada por investigações onde, justamente, não se verificavam as condições de diversidade e de abundância. Referimos, em concreto, ao caso da Inquisição de Goa e, muito especificamente, aos processos por judaísmo seguidos pelo tribunal do México. O estado fragmentário da documentação do “tribunal da Índia”, como foi coetaneamente conhecido, obriga os investigadores que sobre ele se detêm a minuciosos exercícios direcionados à reconstituição de canais de comunicação que possam ter gerado remissões de documentação a outras instituições, por um lado; ou de práticas institucionais cujo funcionamento implicasse a transferência de material para ser apreciado em outras instâncias ou por outros organismos<sup>5</sup>. No tocante aos processos de judaísmo conduzidos na Nova Espanha, a ausência de vários destes documentos do fundo *Inquisición* do Archivo General de la Nación (Cidade do México), suscitou da nossa parte um inquérito sistemático aos canais através dos quais estes papéis vieram a abandonar o país<sup>6</sup>. Estes condicionalismos da investigação foram partilhados em alguns momentos com investigadores que se dedicavam ao estudo da ação inquisitorial em territórios dos vice-reinos americanos aos quais faltava, também, um conjunto documental sólido e consistente ou cujos particularismos de conservação tinham originado uma dispersão especializada, como ocorrera com a Inquisição do México<sup>7</sup>. Ao estudar as dinâmicas da atuação inquisitorial nesses espaços, tornou-

---

<sup>5</sup> O cartório da Inquisição de Goa foi alvo de uma apertada seleção após a abolição do tribunal em 1812, o que teve como consequência um panorama documental que contrasta de forma gritante com o contexto peninsular, ao ponto de a exiguidade das fontes ter motivado alguns autores a procurar recensear e divulgar o maior número de fontes disponíveis provenientes do tribunal. Vejam-se os trabalhos de António Baião – *A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569-1630)*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930; José Alberto Rodrigues da Silva Tavim – Um inquisidor inquirido: João Delgado Figueira e o seu *Reportorio*, no contexto da «documentação sobre a Inquisição de Goa». *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional* 1 (1997) 183-193; Carmen Tereza Coelho Azevedo (coord.) – Inquisição de Goa. Inventário Analítico. *Anais da Biblioteca Nacional*. 120 (2006) 7-272; Miguel Rodrigues Lourenço – *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII. Documentos*, 2 vols. Lisboa e Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, IP, e Fundação Macau, 2012; Bruno Feitler (coord.) – *Reportorio. Uma base de dados dos processos da Inquisição de Goa (1561-1623)*. Disponível em <<http://www.i-m.mx/reportorio/reportorio/apresenta%C3%A7%C3%A3o-presentation.html>> Data da consulta: 17 de março de 2019.

<sup>6</sup> Trata-se de uma linha de investigação que esperamos produzir resultados já no próximo ano, com a publicação de um catálogo dos processos extraviados de cristãos-novos procedentes do fundo *Inquisición* do Archivo General de la Nación de México.

<sup>7</sup> Elaborámos uma síntese de algumas dessas reuniões internacionais de trabalho em Miguel Rodrigues Lourenço e Susana Bastos Mateus – Cinco anos de reflexão sobre estudos inquisitoriais. *Lusitania Sacra*. 2.<sup>a</sup> série, 35 (2017) 299-301.

se evidente que a problemática da dispersão e/ou alienação documental dos arquivos inquisitoriais dos tribunais americanos exigia um estudo comparativo, direcionado para inquéritos específicos e aprofundados. Tal consciência esteve na base da formação de uma equipa de investigação sobre História das Inquisições composta por investigadores pertencentes a centros de investigação de Portugal, Brasil, Chile, Espanha, México e Argentina. Este grupo tem como objetivo principal o estudo do fenómeno inquisitorial de forma comparada e procura promover espaços de reflexão conjunta de forma regular<sup>8</sup>.

Dentro desta dinâmica, programou-se o *workshop* internacional *Os papéis da Inquisição. Conservação e dispersão na Europa, América e Ásia* realizado em Lisboa, no dia 25 de Junho de 2018<sup>9</sup>. Nessas jornadas de trabalho, organizadas em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste e El Colegio de México, o caso português foi colocado em comparação com outras realidades inquisitoriais, como a romana e espanhola, com uma particular incidência no contexto americano. Foi então que Pedro Pinto apresentou, ainda numa fase preliminar, os primeiros resultados da investigação que agora ganha forma de livro.

Num momento em que os estudos sobre o Santo Ofício registam uma maior diversificação da sua base documental, a investigação de Pedro Pinto reveste-se de uma enorme importância. A documentação inquisitorial, na sua tipologia, mas também nos seus ritmos de produção, de organização e de preservação, constitui o barómetro mais fiável para se apreciar a evolução das estratégias institucionais do Santo Ofício, das suas mutações epocais, das suas adaptações e da sua sobrevivência. É através do estudo amplo da sua produção interna, que melhor é possível apreender os “tempos” da instituição inquisitorial<sup>10</sup>, os quais, muitas das vezes, não nos são dados através da leitura da peça documental mais analisada pelos investigadores, os processos<sup>11</sup>. As decisões sobre a conservação de documentos antigos num determinado período, dando origem à elaboração de livros onde são copiados os documentos com atualidade

<sup>8</sup> As linhas gerais que norteiam esta dinâmica de investigação e os principais resultados e atividades podem ser acompanhados na página web do grupo, acolhida no *Portal de História Religiosa* através do endereço: <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/Inquisicoes/>.

<sup>9</sup> O programa do evento pode ser consultado em: <http://icm.ft.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEHR/Enc/2018/2018-06-25-WorkshopOsPapeisDaInquisicaoPrograma.pdf>. Os resultados do encontro foram publicados no dossiê “Os papéis da Inquisição. Conservação e dispersão na Europa, América e Ásia”. Coord. Miguel Rodrigues Lourenço, Susana Bastos Mateus e Gabriel Torres Puga. *Revista de Fontes*. 9 (2018). Disponível online em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes>.

<sup>10</sup> Jean-Pierre Dedieu e, na sua esteira, Joaquim Romero Magalhães, foram autores de duas importantes reflexões sobre a trajetória epocal das Inquisições em Espanha e Portugal, tendo por referente a incidência judicial dos tribunais, por um lado, e a sofisticação institucional e aperfeiçoamento procedimental, por outro. Jean-Pierre Dedieu – Les quatre temps de l’Inquisition. In Bartolomé Bennassar. *Linquision espagnole. XV-XIX<sup>e</sup> siècles*. [Paris]: Hachette Littératures, 2009 [1979], p. 13-39; Joaquim Romero Magalhães – Em busca dos «tempos» da Inquisição: (1573-1615). *Revista de História das Ideias*. 9: 2 (1987) 191-228.

<sup>11</sup> Esta questão foi abordada por Francisco Bethencourt que optou, no seu trabalho, por secundarizar o processo inquisitorial e privilegiar uma ampla gama de fontes inquisitoriais até então muito pouco exploradas, cf. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 12.

institucional, enquanto outros são considerados obsoletos, por um lado; a diversificação do aparato manuscrito, fruto da especialização de funções ou da necessidade de manter uma regulação mais apertada sobre as mesmas, por outro, são reveladoras de saltos qualitativos na sofisticação do aparelho burocrático e de uma tomada de consciência dos atores institucionais face à sociedade do seu tempo e às necessidades da máquina inquisitorial<sup>12</sup>. Uma parte da documentação aqui inventariada resulta de importância fundamental para a compreensão dos mecanismos organizativos dos vários tribunais, das tensões inerentes à sua institucionalização, bem como da própria sofisticação dos seus procedimentos e da sua arquitetura burocrática.

E, se o exercício da história não se compadece com totalidades documentais, o trabalho levado a cabo por Pedro Pinto apresenta, na sua rigorosa sistematicidade, duas grandes virtudes: por um lado, a de resgatar e de colocar ao serviço da historiografia documentos custodiados em arquivos insuspeitos ou olvidados em velhos catálogos; por outro lado, a de identificar os múltiplos percursos de desapropriação, de cativação ou de perda que contribuíram para a erosão dos antigos cartórios inquisitoriais. Os comportamentos institucionais dos ministros dos tribunais, as reações à extinção do Santo Ofício, as expectativas quanto à sua restauração, e ainda a atualidade de parte da documentação ilustram atitudes face à reservada, enigmática e polémica memória de uma instituição tão marcante ao nível das sociabilidades e dos relacionamentos.

No âmbito da dinâmica de investigação sobre História das Inquisições, o estudo de Pedro Pinto representa, no imediato, a valência de criar condições para um estudo comparado sobre as atitudes das sociedades liberais na relação com o seu passado inquisitorial e da sua relevância para a construção do seu presente. Mas, ao mesmo tempo, a localização das espécies, manuscritas e impressas, outrora pertencentes aos antigos cartórios inquisitoriais, realizada pelo autor, constitui um contributo valioso para o preenchimento das lacunas que os arquivistas da Torre do Tombo têm vindo a identificar desde a última década do século XX. O cotejo entre os livros provenientes do cartório do Conselho Geral que hoje se conservam nos fundos da Biblioteca Nacional de Portugal e a lista elaborada quando da extinção do Santo Ofício em 1821 é um exemplo de um panorama documental que, doravante, ficará mais definido. Como, também, a documentação procedente do fisco, separada dos cartórios dos extintos tribunais em virtude da necessidade de se continuar a administrar os bens patrimoniais que anteriormente se encontravam na posse do Santo Ofício ou

---

<sup>12</sup> Autores como Miguel Jiménez Monteserín, Jacob Martínez López e Bernardo Tomás Botella sublinharam, precisamente, como em momentos charneira da reorganização de tribunais como os de Cuenca ou Valencia foi necessário elaborar novos livros que permitissem uma recuperação mais expedita da informação ou, em alternativa, passar a organizá-la em séries (livros) próprias, distintas das anteriores. Miguel Jiménez Monteserín e Jacob Martínez López – Los judeoconversos y la Inquisición de Cuenca. De la conversión a la persecución. In *Las razones del Santo Oficio*. Ed. Anita Gonzalez-Raymond y Rafael Carrasco. Montpellier: Presses universitaires de la Méditerranée, 2017, p. 99-101; Bernardo Tomás Botella – La construcción del distrito inquisitorial de Valencia (1486-1493). *Ibidem*, p. 159.

diretamente relacionados com o Tribunal<sup>13</sup>. Assim, neste inventário, encontramos alguns exemplos dessa documentação e da forma como continuou a ser utilizada, depois da abolição da Inquisição.

Pela leitura deste livro, é a história dos arquivos do Santo Ofício que emerge e, com ela, a possibilidade de estudos sobre a instituição progressivamente mais pontuados nos seus matizes, mais precisos na sua arrumação institucional, mais calibrados quanto ao funcionamento da burocracia inquisitorial. A história dos arquivos do Santo Ofício tem, pois, no detalhado inventário que acompanha o estudo de Pedro Pinto, uma ferramenta indispensável. As páginas que constituem o grosso deste livro recenseiam uma multiplicidade de documentos com origem nos antigos cartórios inquisitoriais, proporcionando uma sistematização da documentação dispersa em 23 arquivos e bibliotecas portuguesas, entre livros, manuscritos e impressos avulsos já referidos em catálogos e muitos outros ignorados pela historiografia e dos quais, se espera, agora, que os investigadores possam vir a tirar proveito.

A detalhada e exaustiva investigação levada a cabo por Pedro Pinto permitiu dar a conhecer um amplo universo documental espalhado de norte a sul do país. Parece-nos que este inventário, para além de colmatar lacunas de informação, pode servir um duplo propósito. Em primeiro lugar, incentivar e sensibilizar para uma pesquisa descentralizada da documentação inquisitorial, alertando para a riqueza de muitos arquivos e bibliotecas locais que possuem fundos de manuscritos ou de livro antigo nos seus acervos. Em segundo lugar, fica aqui criada uma base para trabalhos de natureza comparativa sobre as realidades de conservação e dispersão dos arquivos inquisitoriais à escala global.

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

*CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH – UAç)*

*Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)*

*Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (FLUL)*

SUSANA BASTOS MATEUS

*Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste (FLUL)*

*CIDEHUS (UÉvora)*

*Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR)*

Lisboa, 14 de junho de 2019

---

<sup>13</sup> Veja-se o que foi analisado para o caso de Évora em Bruno Lopes e Fernanda Olival – Fontes sobre o Fisco da Inquisição nos acervos do Arquivo Distrital e da Biblioteca Pública de Évora. *Revista de Fontes*. 9 (2018) 9-35. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9138>, consultado a 12 de junho de 2019. DOI: <https://doi.org/10.34024/fontes.2018.v5.9138>.